

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

**CAMPESINATO, ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E O PENSAMENTO DE AMARTYA SEN:  
DA CRÍTICA AO MARXISMO AO NOVO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO**

*André Souza Martinello*

*Boletim Gaúcho de Geografia, 36: 29–42, maio, 2011.*

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37384/24137>

---

Publicado por

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**

---



**Portal de Periódicos**  
**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

## **Informações Adicionais**

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - maio, 2011.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

## CAMPESINATO, ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E O PENSAMENTO DE AMARTYA SEN: DA CRÍTICA AO MARXISMO AO NOVO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO

André Souza Martinello<sup>1</sup>

### Resumo

Através de elaborações teóricas de Amartya Sen em relação ao desenvolvimento, faz-se inicialmente críticas ao marxismo clássico no que concerne as suas concepções de rural e de campesinato. Apresentam-se na segunda seção do artigo, os pontos mais importantes e a contribuição das idéias de Sen. Ao longo do trabalho, outras bibliografias e perspectivas teóricas são utilizadas (autores como Vladimir I. Lênin, Alexander Chayanov e Karl Polanyi) na intenção de cruzar idéias e aprofundar a abordagem das *capacitações*, *habilitações*, *expansão de liberdades* e *eliminação de privações*. Apresenta-se, portanto, discussão teórica, primeiramente focada no campesinato e no segundo momento na perspectiva da (expansão de) liberdades como possibilidade de desenvolvimento.

Palavras-chave: Participação - Crítica do marxismo - Campesinato - Abordagem das capacidades - Democracia

## PEASANTRY, CAPABILITIES APPROACH AND THE THOUGHT OF AMARTYA SEN: FROM THE MARXIM`S CRITIC TO A NEW PARADIGM OF DEVELOPMENT.

### Abstract

Through theoretical elaborations from Amartya Sen in relation to development, this paper criticizes the classic marxism concerning its rural and peasant approaches. Thereafter, this article shows the most important topics and the contributions of Sen's ideas. Throughout this article other bibliographies and theoretical perspectives are presented (such as Vladimir I. Lênin, Alexander Chayanov and Karl Polanyi) aiming at crisscrossing theoretical frameworks and deepening the approach of capabilities, functionings, freedom expansion and deprivation's elimination. Thus, primarily a theoretical discussion, with a focus in peasantry is presented, and in second place, a theoretical perspective of the (expansion of) freedoms as a way to foster development.

Key-words: Participation - Marxim`s critic - Peasantry - Capabilities approach - Democracy

### INTRODUÇÃO

Para geógrafos brasileiros, o pensamento de Amartya Kumar Sen pode ser utilizado de maneira a possibilitar contribuição acerca das reflexões envolvendo subdesenvolvimento, pobreza, desigualdade, privações diversas como fome, miséria, entre outras. As obras de Sen possibilitam amplas relações com diferentes áreas do conhecimento, bem como obras e autores nacionais/mundiais já consagrados e clássicos. É o caso, por exemplo, da possibilidade de refletir e traçar paralelos com Antonio Candido (2001, p.279) de *Os parceiros do Rio Bonito*. A perspectiva de Sen é muito próxima ao que afirmou Antonio Candido, isso significa dizer que a pobreza rural, por exemplo, pode ser vista e entendida como resultado de privações. Não estar habilitado à posse da terra é um exemplo: “Se encararmos a miséria do ângulo sociológico, como privação extrema dos bens considerados necessários a cada cultura, veremos, com efeito, que ela existe por comparação.” (CANDIDO, 2001, p.279).

Discutir a miséria não é nenhuma novidade nas ciências sociais no Brasil, devemos o legado do entendimento da fome, por exemplo, como problema a ser superado, através das idéias do geógrafo e médico Josué de Castro. Segundo Ricardo Abramovay (1996, p.81), o livro de Castro, *Geografia da Fome*, é a primeira grande obra que trata dos problemas ambientais brasileiros, vistos sob ângulo importante à sociedade, ou seja, o impacto do ambiente sobre as pessoas. Nesta obra, “Os regimes alimentares de cada região do País são examinados a partir das possibilidades oferecidas pelos solos, pelo clima, pela vegetação, mas igualmente pela maneira como se organizam a apropriação da terra e as relações de trabalho.” (ABRAMOVAY, Ibidem). A partir de Josué de Castro, se inicia a capacidade de nos indignarmos com temas como o da má distribuição de

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Rural pela Faculdade de Economia da UFRGS. Licenciado em Geografia pela UDESC. Realizou estágio em 2010/01 na Université du Québec à Rimouski/UQAR, no departamento de Desenvolvimento social, regional e territorial.

alimentos, em um País de elevada produtividade agrícola. O esforço desse geógrafo pernambucano, buscou entre outras, a ampla divulgação da realidade de não abastecimento alimentar e das dificuldades de acesso à comida e demais suprimentos, evitando interpretar a escassez pelo viés do determinismo bio-geográfico, idéia limitada a ver apenas nas condições climáticas e naturais a culpa pela falta de alimentos em mesas e pratos das populações mais carentes.

As importantes constatações de Josué de Castro, revelam que o problema da fome não se deve à produção, mas a circulação dos alimentos. Uma histórica relação entre a fome e a oferta alimentar, marcaram segmentos das sociedades de insegurança alimentar, como algumas regiões brasileiras. “Na *Geopolítica da Fome* Josué de Castro procura compreender a lógica de funcionamento do sistema alimentar mundial e postula que os problemas alimentares derivam, em última análise, das relações de dominação herdadas do colonialismo.” (ABRAMOVAY, *Ibidem*).

A fome como um problema social, toma corpo no Brasil, com as obras e palestras realizadas por Josué de Castro. Como se verá neste artigo, é importante salientar que problemas sociais não são resolvidos via lógicas do mercado (de oferta e demanda), mas sim através de políticas públicas e planejamentos específicos. É o caráter coletivo da fome que torna o mercado limitante nas resoluções de privações, afinal, como demonstra a História do Brasil, a fome nunca foi eliminada quando foi adotado critério de “resolução” via mercado. Tal crítica é na atualidade ainda pertinente:

[...] - tanto quanto na época em que escreveu Josué de Castro - o mundo contemporâneo não está ameaçado por uma escassez global na disponibilidade alimentar. Apesar disso, existe uma associação nítida entre fome e oferta alimentar: é ali onde a produção agrícola cresce com mais dificuldade e que os problemas alimentares parecem bater com a maior violência. Preconizar o mercado mundial como caminho para o abastecimento destas populações é não só eternizar sua dependência como retirar-lhes o único meio de integração produtiva em suas próprias sociedades. (ABRAMOVAY, 1996 p.82).

A pobreza é antes de tudo, resultado de privações. A proposta desse trabalho parte do princípio que as atuais idéias de Amartya Sen são possíveis de serem relacionadas à realidade brasileira, inclusive traçando paralelos entre determinados autores nossos que de alguma maneira já nos falavam o que esse economista indiano aqui abordado faz referência, como os citados, Josué de Castro e Antonio Candido. O artigo apresenta reflexões de Sen, principalmente questões que permanecem como problemas sociais em nosso País, uma delas, a reforma agrária. Por que a reforma agrária permanece como maneira viável de se combater a pobreza? Entre outros, por possibilitar alternativas que sugerem o desenvolver-se, superando problemas que permanecem, sejam eles problemas sociais ou problemas sociológicos.<sup>2</sup> A motivação deste trabalho está em apontar a utilização de Amartya Sen como inspiração para movimentos sociais que buscam mudança social, mas também e principalmente, como narrador de nova forma de entender e possibilitar o desenvolvimento, superando antigos problemas, re-formulando debates já realizados e sugerindo a re-emergência da discussão pública, acerca da pobreza. O trabalho está voltado à reflexão de questões do campesinato e do desenvolvimento, passando por concepções marxistas a respeito dos “rústicos do campo” e seguindo em direção ao referencial sugerido por Sen, abordando o (novo) paradigma do desenvolvimento.

#### **IDÉIAS PARA FAZER FUNCIONAR: UTILIZAR O MARXISMO ATUALMENTE, COMO?**

O pensador-filósofo francês Michel Foucault, quando esteve no Brasil em junho de 1973, ao ser perguntado por uma revista semanal brasileira quais contribuições de Karl Marx ainda possuíam eficácia e, o que se poderia encontrar de atualidade no pensamento marxista, M. Foucault afirmou, segundo publicado na revista:

**VEJA** - Por acaso o marxismo perdeu um pouco de sua atualidade e de sua eficiência com o fluxo crescente da tecnologia?

**FOUCAULT** - De certo modo sua pergunta supõe que Karl Marx elaborou certas proposições que podemos deliberar se são verdadeiras ou falsas. Questões desse tipo são típicas da cultura burguesa. Comparar “O Capital”

<sup>2</sup> Para Antonio Candido (2001, p.25) “[...] os fatos se tornam problemas conforme a perspectiva do pesquisador [...]”. E não é sempre um tema de pesquisa sociológico sinônimo de problema social.

a outros textos de economia, também. Isso não se aplica apenas a Marx. Imagine uma pergunta assim: “Qual a importância de Freud para a etnologia moderna?” Ou “o que Louis Pasteur pensava da microbiologia?” **Não creio que o texto de Marx tenha sido feito para ser lido e sim para funcionar.** Aceitar o texto como verdadeiro, como fazem os marxistas, ou negá-lo, como fazem os anti-marxistas, é o tipo de truque que me aborrece. Talvez seja caso de perguntar **como os instrumentos que Marx colocou nas mãos do proletariado do século passado se transformaram, quais os que servem atualmente, quais os que funcionam em determinada situação.** (Revista VEJA nº249, 13/06/1973, p.79) [negritos meus].

O artigo<sup>3</sup> que se apresenta inspirado nesse depoimento e *lógica foucaultiana*, não busca simplesmente analisar criticamente parcela da teoria marxista, lançando truques de validação e dê-s-validação de Marx. A proposta não intenciona ao que se disse acima aborrecer Foucault. Propõem com esse trabalho, apresentar novas possibilidades e instrumentos de mudança social e transformação, focando naqueles atores sociais que não foram considerados proletários por configurarem-se proprietários de parcelas de terras; trata-se do camponês e da categoria campesinato (e do espaço maior ao qual estão vinculados: o rural). São esses (camponeses) que relegados ao desaparecimento pelos pais fundadores do pensamento intitulado marxista, torna-se objeto de abordagem na medida em que, se pretende apontar alguns dos instrumentos deixados por Marx não parecerem completos atualmente. Para isso, pretende-se lançar ao debate as idéias e referencial de Amartya Sen, no que tange a utilização pelo campesinato do *Desenvolvimento como Liberdade*, uma possível ferramenta política na busca de direitos e ampliação ou acesso à cidadania, ou ao menos, de emancipação social.

O diálogo sugerido e inspirador da temática aqui lançada busca aproximar-se de debates como aquele pela autonomia, no sentido da participação dos atores e ampliação da noção do papel e das responsabilidades do indivíduo, como importante mecanismo para se eleger caminhos ao desenvolvimento. Ampliar a participação das pessoas na sociedade em si, além de ser uma forma de desenvolvimento é também um mecanismo que possibilita a reprodução da própria cidadania. Isso significa partilhar poderes com intenção de “democratizar a democracia”, o aumento e permanência do que será explicado adiante: as capacitações. O referencial teórico aqui adotado é aquele que seu formulador denominou de “abordagem das capacitações”. Trata-se das reflexões do conhecido economista indiano (prêmio Nobel Economia em 1998) Amartya Kumar Sen, pensador ao qual se adotou como parâmetro para discutir um referencial teórico (o marxista) pretérito ao criado por Sen.

O princípio que se deve partir desde o início das reflexões aqui apontadas é de que no pensamento de Amartya Sen (2000, p.217) “a própria ausência da democracia é desigualdade”. Para esse autor, cada cultura deve ter as possibilidades, ferramentas e capacidades de decidir e seguir por planos e destinos traçados. As pessoas devem ter liberdade para escolher uma vida que elas próprias tenham razão para valorizar.

### CRÍTICAS AO MARXISMO ACERCA DO CAMPONÊS-CAMPESINATO E DO RURAL...

De maneira relativamente *satírica*, ou ao menos criativa e provocadora, um eminente pesquisador social do agro-rural brasileiro afirmou em fins do século XX: “[...] se conhecesse teoria econômica, o agricultor abandonaria irremediavelmente sua atividade.” (ABRAMOVAY, 1998, p.214.). Talvez seja mesmo possível estender a afirmação acima a outras áreas do conhecimento e campos teóricos. Como reagiriam agricultores no contato com teorias: jurídicas, culturais, interpretações geoquímicas a respeito da qualidade ambiental, ou ainda as propostas de planejadores e intérpretes das possibilidades de desenvolvimento rural? Em quais teorias (econômicas ou não) é possível encontrar justificativas para afirmações como a acima retirada de Ricardo Abramovay, de que se conhecessem as elucubrações teóricas, aqueles grupos que são o objeto do estudo abandonariam suas próprias atividades?

De certa maneira, o marxismo clássico estaria em posição privilegiada no que se refere ao debate do futuro do camponês-campesinato; e até mesmo do ponto de vista teórico, o marxismo monopolizou fortemente a previsão de que pelo não encaixe ao padrão proletário e nem aos donos dos meios de produção, o resultado seria o fim dessa “classe intermediária”. O próprio marxismo

<sup>3</sup> Agradeço as leituras e sugestões feitas pela profª Drª Vera Lúcia Nehls Dias, bem como leitura dos professores Sérgio Schneider e Ernesto Filippi, da mesma forma a aula introdutória sobre Amartya Sen do professor Paulo Waquil. Às professoras Vera Lúcia Nehls Dias e Renata Menasche, dedico esse trabalho, alertando que as falhas e limitações são todas minhas responsabilidades.

teve dificuldades em situar os movimentos camponeses na luta de classes. (BERGERON, et al, 1977, p.89). Nesse caso, pequenos produtores, proprietários e camponeses donos de suas parcelas de terra, se identificariam nas escrituras de K Marx e F Engels como aqueles em breve “desaparecidos”. É a idéia então, seguindo Abramovay, de que se soubesse o camponês-agricultor da teoria fundada por K Marx e F Engels, provavelmente: deixaria de seguir sua profissão imediatamente, ignoraria tais interpretações ou sentiria a beira de torna-se proletariado ou burguês (duas “opções” de classes bem polarizadas). Diante dessa interpretação, o camponês encontraria críticas, observações e até mesmo preconceitos, acerca de seus destinos: 01) ser expropriado da sua terra, tornar-se mão-de-obra na indústria e conscientizar-se da sua classe; 02) permanecer na sua terra, sem “a consciência de classe” que permitisse lutar para o seu não fim e de seus descendentes (a idéia do camponês conservador - aliado ao latifundiário - que não repara estar à beira de uma tragédia que é a eliminação da sua condição de vida) ou por último, restava ainda 03) ascender a condição de grande fazendeiro ou latifundiário e proprietário moderno. Dentro desses três caminhos previsíveis para aquele marxismo do final do século XIX e início do XX, o camponês parecia se enquadrar. “O campesinato é um grupo social que diversos autores atribuem situações de classes bem diferentes: burgueses, pequenos burgueses, proletários, quando não são (ou foram) situados no exterior do modo de produção capitalista.” (BERGERON, et al, 1977, p.90).

A ausência<sup>4</sup> de interpretação da lógica de campesinato - de uma economia camponesa - nas obras de Marx já foi bastante enfatizada, até mesmo nas ciências sociais brasileira (ABRAMOVAY, 1998, p.214). Sendo assim, como entender a opinião de um pensador crítico do porte de Milton Santos a respeito do espaço rural, senão pela sua forte influência marxista? Vejamos o que afirmou o geógrafo brasileiro na entrevista publicada na obra *Território e Sociedade*: “Primeiramente, não sou fã do campo. Acho um negócio horrível condenar o sujeito a morar no campo. É a maior perversidade que pode existir”. (SANTOS, 2000, p.57). Com essa frase, tem-se dois pontos importantes que merecem ser enfatizados: 1) os sujeitos inseridos no campo são apresentados como vivendo uma espécie de “condenação” (a privação de morar na cidade?); 2) não ser fã do campo<sup>5</sup> parece mesmo ter sido sentimento forte em se tratando das reflexões marxista<sup>6</sup>.

Segundo Carlos Walter Porto Gonçalves (2002) os primeiros trabalhos de Milton Santos tendem a considerar o rural brasileiro como espaço de reprodução de dominação populacional, espaço de pouca manobra pelo exercício de poder pelos despossuídos, em razão da existência de grandes extensões de terra e de capital concentradas apenas na classe proprietária latifundiária. A cidade e a urbanização brasileira seria para M Santos, uma alternativa da condição de dominação existente no campo:

A cidade, para Milton Santos, particularmente nos seus primeiros trabalhos, deve ser vista dentro desse escopo de um *lôcus* de luz em meio a uma sociedade hegemônica por uma oligarquia rural tradicionalista. Ainda que comportando profundas desigualdades, era forte de possibilidades emancipadoras. (GONÇALVES, 2002, p.179)

Essa emancipação social ocorrida na migração do rural para o urbano, refletida nas obras de M Santos, deve-se à sua influência marxista, referencial que esteve principalmente nos primeiros momentos do conjunto de sua obra. Entretanto, vale lembrar que Maria Nazareth Baudel Wanderley (2004) relatou de uma maneira introdutória algumas possíveis (e importantes) contribuições de M Santos a respeito do rural brasileiro, mesmo sem apontar o que geógrafo considerava a respeito do campo ou da cidade no Brasil. Há diversos autores utilizando obras fundamentais de Milton Santos, para retratar e entender mudanças do rural brasileiro, como fez, por exemplo Carlos Rodrigues

<sup>4</sup> Segundo Bergeron, Bernier e Bouvette (1977, p.90-93), algumas análises de Marx, válidas na questão agrária na Inglaterra do século XVIII, foram conservadas e um pouco modificadas por Lênin (1908) e Kautsky (1900), ambos dedicaram-se a diferenciação interna do campesinato que dava lugar a polarização: proprietários de terras capitalistas de um lado e proletários agrícolas de outro. Os marxistas desenvolveram dois grandes tipos de explicação. Um primeiro fundado nos textos de Marx sobre o campesinato francês do século XIX, que insiste na racionalidade da propriedade dos camponeses (produtores simples de mercadoria), tornando-os uma parcela da pequena-burguesia e a segunda corrente teórica enfatiza a renda fundiária, no qual evoca agricultores como assalariados dos proprietários do solo. É importante ressaltar que a propriedade fundiária no capitalismo é influenciada pela renda diferencial I (fertilidade natural e vantagem locacional) e II (melhoramentos aportados) e que está é uma rica análise da teoria marxista a respeito do rural.

<sup>5</sup> Milton Santos (2002, p.71) também afirmou: “[...] há todo um foguetório ideológico para dizer que a cidade é uma droga. Imagine ir morar num campo. Só um louco quer morar numa cidadezinha do interior”. SANTOS, Milton; RIBEIRO, Wagner Costa; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. “O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania.” São Paulo: Publifolha, 2002. p71.

<sup>6</sup> Eric Hobsbawm (1998, p.229), marxista de renome internacional, repercute a noção do camponês rústico, ao dizer enfaticamente: “De vez em quando, ao estudar o comportamento político de camponeses em um estado de opressão, descobrimos o valor prático da estupidez e uma recusa em aceitar inovações: a grande vantagem dos camponeses é que existem muitas coisas que simplesmente não é possível obrigá-los a fazer, e em geral o que melhor convém ao campesinato é nenhuma mudança. (Mas é claro que não devemos nos esquecer de que muitos desses camponeses não estão simplesmente se fazendo de rudes, eles realmente são rudes.) Às vezes o comportamento era racional sob certas circunstâncias, mas não o é mais sob circunstâncias alteradas.” (negritos meus)

Brandão (2009, p.34) no livro *No Rancho Fundo, espaços e tempos no mundo rural*: “Com atenção talvez concentrada demais naquilo que se transforma e moderniza no mundo rural da atualidade global e brasileira, Milton Santos quase descreve o campo através do que nestes últimos anos ele deixou de ser, para ser aquilo em que vertiginosamente e, não raro, de maneira lastimável, se transforma.”

O momento histórico em que Marx escreve suas obras configurava-se como da presença da forte industrialização que acarretava e carregava grande parte da urbanização, esse movimento *modernizador* passava diante dos olhos de Marx, não apenas na Inglaterra, mas em outras nações da Europa ocidental, mesmo que com fases e momentos peculiares advindos das novas tecnologias e ações do capitalismo da época em que o próprio Marx foi também testemunha. Inclusive, além de presenciar esse momento da industrialização-urbanização, o *pai* do marxismo teorizava a respeito do que ele mesmo ressaltava: a separação entre cidade e campo, que fundamentava a divisão social do trabalho. Aos proletários urbanos, a “consciência de classe” se daria de maneira mais intensa, assim como a proximidade entre um maior número de pessoas (adensamento populacional urbano) auxiliaria no controle e organização de uma revolução por parte dos trabalhadores. Isso possibilita interpretar que, ao eleger o espaço urbano como o mais apto às intenções marxistas, configurava-se automaticamente aos espaços não urbanos o signo do atraso. Não foi por outra concepção, mas da apologia a modernização das cidades sob o campo, que no *Manifesto Comunista*, Marx e Engels afirmavam que o aumento da população urbana significou a diminuição da idiotia da vida rural:

A burguesia subjugou o país às leis das cidades. Criou cidades enormes: aumentou em grande escala a população urbana, se comparada à rural e, assim, **resgatou uma considerável parte da população da idiotia da vida rural**. Do mesmo como tornou o país dependente das cidades, tornou países bárbaros e semibárbaros dependentes dos países civilizados [...]. (MARX; ENGELS, 1998. p.15) (negritos meus)

Amartya Sen na obra *Desenvolvimento como Liberdade*, afirma que Karl Marx teceu comentários favoráveis ao capitalismo, quando identifica um modo de produção contrário à privação da liberdade existente nas organizações *pré-capitalistas* do trabalho e da economia. Assim, a existência no espaço rural de relações de trabalho não capitalistas, levou a Marx considerar de grande relevância a liberalização e os ares de liberdade presentes nas cidades; essas surgiam ao ritmo da organização e racionalidades baseadas no capital. Poderíamos arriscar a questionar se a urbanização, para o marxismo clássico, significava em certo sentido, o desenvolvimento, por eliminar possíveis e diferentes “entraves” a modernização e a expansão do capitalismo? Em outras palavras, para Marx, o capitalismo trazia novas liberdades? É Amartya Sen (2000, p.137) quem nos responde: “Até mesmo o grande crítico do capitalismo, Karl Marx, viu a emergência da liberdade de emprego como um progresso importantíssimo.” Porém, essas liberdades não foram identificadas nos espaços (geralmente rurais) feudais, semi-feudais ou “pré-capitalistas”, portanto, o que era o campo no século XIX, para Marx, senão um entrave para a expansão das liberdades? Sendo que para ele, o tom da liberdade era acompanhada e dada pela urbanização industrialista.

Os escritos e debates marxistas sobre o campo, não são meramente discussão da “superioridade da cidade”. São as relações sociais e de trabalho no rural, e a posição política dos camponeses que incomodava sensivelmente Marx e talvez mais ainda, Engels. A interpretação dos trabalhadores do campo como rústicos e *despolitizados*, esteve na base de visão negativista do marxismo, que via “nessa classe estéril” uma rápida (e bem-vinda) extinção, como sintetiza Ciro Flamarion Cardoso (2002):

O marxismo clássico analisou a economia camponesa: 1) como um modo de produção secundário (uma das formas de produção mercantil simples) que historicamente aparece subordinado a diversos modos de produção dominantes; 2) referindo-se especificamente a formações econômico-sociais européias do século XIX, como uma forma de transição cuja tendência seria a absorção pelo capitalismo.

Parece que no mundo comunista (pelo menos do Manifesto Comunista) não havia mais lugar social para os já “atrasados” camponeses, afinal, esses eram resultantes de formações sociais e relações “ultrapassadas” pela modernidade advinda com a Revolução Francesa, primeiras industrializações e o capitalismo inglês. O discurso da alteridade acerca do camponês, demonstra o preconceito do pensamento em relação a esses grupos, tratando-se como “não-operários”, “não-

proletários”, “não-urbanos”, “não-burgueses”, restando ao camponês para a teoria marxista clássica, seu desaparecimento e constatação da dificuldade de reprodução social desse grupo na ordem sócio-econômica nascente.

O russo Alexander V. Chayanov foi um dos teóricos e políticos que mais bem discordou da estreita visão marxista sobre o campesinato e sobre a organização familiar produtiva, teorizando com interessante rigor e capacidade intelectual, às especificidades familiares de trabalho com lógicas próprias de atuação econômica e organização social. Primeiramente, o que não fez Chayanov foi considerar o padrão do campesinato em um estado inferior de organização econômica, política ou sócio-cultural, posições fortemente presentes no marxismo. Como lembra R Abramovay (op.cit.p.59): “O camponês é um sujeito criando sua própria existência para A Chayanov”. Ainda como jovem economista-agrônomo, esse russo buscou compreender internamente ao núcleo familiar, como ocorriam às dinâmicas de produção, organização do trabalho e lógicas de consumo, afirmando sobre a exploração camponesa do trabalho familiar a seguinte tese: “[...] o grau de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho.” (CHAYANOV, 1981, p.138-139). Chayanov percebia observando a Rússia da sua época, as peculiaridades da organização produtiva camponesa como sendo a auto-exploração do trabalho familiar o principal elemento característico das famílias camponesas, com satisfação de atender as demandas de consumo dos próprios membros da família.

Ao publicar no início do século XX seus escritos, Chayanov lançava interpretação diferenciada a respeito do campesinato, interrompendo parte da lógica que vinha-se fazendo até fins do século XIX. Antes de Chayanov, o camponês e o quadro rural apareciam de maneira apagada, para não dizer pejorativa (e com papéis discretos) nas discussões marxistas. Dessa forma, somente após as revoltas dos camponeses na Europa ocidental e as atenções dadas aos problemas dos camponeses por partidos social-democratas - em resposta a essa aproximação política (camponeses com socialdemocracia) - que os socialistas-marxistas buscaram analisar o que se denominou de “a questão agrária”.

Contemporâneo das pesquisas e artigos de Chayanov, Vladimir I. Lênin propôs, por exemplo, uma articulação dos demais trabalhadores, com os também “trabalhadores do campo”. Por sinal, o lema de Lênin após 1917, fora justamente: “Paz, terra e pão”. O que Lênin buscava mostrar e convencer marxistas e populistas (como era denominado Chayanov, pelos marxistas) é que a Rússia já era um país capitalista, inclusive tendo no campo a formação (e consolidação) de um mercado consumidor, bem como produtores re-investindo capital na produção. Compreendendo *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, título de sua obra, o passo rumo ao socialismo estava mais próximo do que se imaginava, argumentou um dos líderes da Revolução: “Observamos que o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista”. (LÊNIN, 1985, p.35). Lênin entendia a realidade dos camponeses russos pelo o que ele denominou: “Teoria da Diferenciação Social”, que significa a capacidade de determinados indivíduos, investirem na produção, obtendo alguma tecnologia e maior força motriz, como cavalos, por exemplo, desembocando na incorporação de terras e propriedades por alguns camponeses enquanto outros de mesmo grupo e origem camponesa tornavam-se proletários. Sendo a maioria da população na Rússia ainda rural, a maneira de triunfar na intenção de tomar o poder, parecia conquistar o apoio de camponeses. Essa foi uma estratégia de Lênin, mas não significa que ele não entendesse que logo o camponês iria (ou deveria) ser extinto.

Anteriormente a Lênin, os primeiros socialistas a planejarem efetivamente um Programa Agrário foram os franceses, em Marselha em 1892 e em Nantes em 1894. Acompanhando o que está sendo apresentado nesse trabalho, não é de admirar a reação veemente de crítica por parte de Engels<sup>7</sup> em relação à pauta programática dos partidos franceses para os camponeses, realizada pelos socialistas na França, com intenção de aproximarem-se das questões ligadas ao rural. Visando lembrar e reforçar a condição pequeno-burguesa dos camponeses proprietários de terra, alertou Engels sobre alguns riscos da aproximação dos socialistas franceses com campesinato daquele País:

O pequeno lavrador é um futuro proletário. Como futuro proletário, deveria dar ouvidos à propaganda socialista. Mas há algo que o impede, no

<sup>7</sup> Segundo informa o apresentador da obra brasileira de Lênin: “Os primeiros a esboçarem um verdadeiro ‘programa agrário’ foram os socialistas franceses: em dois congressos sucessivos (Marselha, 1892 e Nantes, 1894), eles debateram a questão agrária e, sem qualquer preocupação com um enfoque analítico rigoroso articularam uma pauta programática para os camponeses - que, siga-se de passagem, foi severamente criticada por Engels, num ensaio de novembro de 1894”. Trecho retirado de: “Problema camponês na França e na Alemanha”. NETTO, João Paulo. “Apresentação da edição brasileira”. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”. Op.cit. pp VII-XXI.

momento, e esse algo é o instinto de propriedade que está em seu sangue. [...] não podemos ganhar a massa de pequenos camponeses da noite para o dia, senão prometendo-lhes coisas que sabemos perfeitamente que não poderemos conseguir. Não libertaríamos o camponês; não faríamos mais do que conceder-lhe um momento para respirar antes de ser enforcado. (ENGELS, 1981, p.59-68).

Engels parecia estar mesmo convencido que aliar-se aos camponeses não era apenas perda de tempo, como um investimento estéril, pois dali a consciência de classe dificilmente se daria - afinal, mesmo que não tivessem *consciência*, os camponeses proprietários de terra se tornariam certamente, futuros proletários, mas contrariamente à proposta marxista, não davam ouvidos às propagandas dos socialistas! Engels também enfatiza da impossibilidade de uma promessa socialista na manutenção das pequenas propriedades dessa “não-classe” intermediária. Simplesmente garantir que os camponeses não perderiam suas terras era uma falsa verdade que não caberia aos marxistas pregá-la. As *leis históricas* do marxismo pareciam determinar muito mais o futuro, do que quaisquer promessas ou alianças com classes estereis.

Na perspectiva elaborada por Amartya Sen, seja proletariado ou não, enfatiza-se a liberdade política, mas não a necessidade de engajar-se em uma única propaganda política de uma classe (como a socialista), afinal, o que importa é o indivíduo estar assegurado e garantido da posse de sua terra que pode configurar-se como uma habilitação e não um problema como teorizavam àqueles marxistas, ou seja, na perspectiva também denominada das capacitações, a propriedade privada pode ser uma habilitação qualificada no sistema produtivo. Essa é uma abordagem de mudança social que pretende evitar (e eliminar) barreiras que impeçam pessoas acessarem o que buscam em suas vidas e elas próprias considerem importante. Portanto, configura-se como uma perspectiva frontalmente oposta e diferente da marxista, assim como também o foi, por exemplo, os escritos e apontamentos realizados por Alexander Chayanov.

Da concepção marxista apresentada anteriormente a respeito do campo e dos camponeses, cabe ainda ressaltar que J Stálin, de certa maneira legitimado frente aos partidários - de um regime de partido único - pode seguir trilhas deixada por Marx, Engels e Lênin. O que significou a perseguição e o “desaparecimento” de Chayanov? Chayanov, um importante formulador e planejador (Ministro da Agricultura até 1930) de um rural muito mais próximo a manter e perpetuar os camponeses no que havia de melhor habilitado e capacitado, ou seja, nas suas terras. A coletivização forçada, as exigências de produção, a proibição ao comércio, o abandono de uma perspectiva que valorizava o campesinato, a implementação de toda uma organização Estatal e para-estatal eliminadora das liberdades, e por fim e conseqüência, o conjunto das ações autoritárias da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas/URSS significou não apenas a supremacia de uma perspectiva de desenvolvimento baseada no urbano, mas também na condição de considerar “inferior” camponeses, no que se referia nos planos da nação socialista. A URSS é um interessante exemplo de “desenvolvimento” baseado no crescimento econômico, mas de redução de capacidades dos indivíduos.

O Stalinismo colocou fim a possibilidade de utilizar e encarar o marxismo como ferramental ou referencial para se propor desenvolvimento que leve em conta as demandas e as vidas dos principais envolvidos. Nesse sentido, a respeito do campesinato, o marxismo clássico aplicado à URSS mais criava limitações e barreiras, do que propriamente, liberdades. E como se tentou mostrar até esse ponto do texto, o campesinato nunca foi mesmo uma intenção (e atenção) do marxismo; a ditadura do proletariado acabava por excluir os considerados ornitorrincos<sup>8</sup> sociais: aqueles que eram simultaneamente empregados e patrões: os camponeses proprietários de terras. O desenvolvimento *sem* liberdades significou na prática, uma industrialização rápida, “aos saltos”, mesmo em um País tão rural quanto à Rússia da época, e com forte apoio (inicialmente) do campesinato aos eventos revolucionários. Antes de iniciar a próxima seção, finaliza-se com uma questão impossível de resposta, por isso, provocadora: se para a Revolução de 1917 o apoio do campesinato parece ter sido fundamental, o que imaginar no futuro se os mesmos camponeses tivessem ficado do lado oposto da vitoriosa URSS?

<sup>8</sup> Expressão de ABRAMOVAY (op.cit.p59.) que se refere a idéia reducionista de tratar camponeses e agricultores familiares como incapazes de um posicionamento definido, por isso, retratados como uma espécie de anfíbios que vivem na margem (e “excluídos”) de lógicas capitalistas.



## OS MEIOS E OS FINS DO DESENVOLVIMENTO: A LIBERDADE, *SEN-SACIONAL* <sup>9</sup>

Amartya Sen (2000, p.108) apresenta a idéia de que subdesenvolvimento pode ser “visto amplamente na forma de privação de liberdade”, devido limitação que causa às pessoas, no que se refere aos impedimentos e restrições da melhoria da qualidade de vida. O oposto do subdesenvolvimento, para Sen, é o processo (desenvolvimento) em que ocorreria a eliminação de privações de liberdade e onde há ampliações de direitos: as pessoas passariam a ter escolhas no que se refere principalmente, as diferentes possibilidades de configurarem suas vidas. Isso significa dizer que a ampliação das liberdades necessita (e muitas vezes é acompanhada) de aumento de renda, de ampliação dos direitos trabalhistas, de acessos básicos a uma vida digna. A interpretação da pobreza, por exemplo, do ponto de vista desse mesmo autor, elucida e esclarece definitivamente que a ampliação das liberdades não são meramente direitos políticos, como votar ou de estar inserido em uma sociedade de organização democrática:

Nessa perspectiva, a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da idéia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. (SEN, 2000, p.109).

Para além do baixo nível de renda, a pobreza - chama atenção Amartya Sen - é ainda a privação de capacidades relacionadas a outras variáveis como: desemprego, doença, baixo nível de instrução, acesso a serviços públicos de baixa qualidade, fome e insignificantes acessos aos direitos civis. A falta de habilitações para atuação em certas circunstâncias e resoluções de problemas é atenuada, ao habilitar as pessoas de maneira que elas entendam o que e como devem ser resolvidos o que elas identificam como problemas em suas circunstâncias sociais, isso significa, possibilitar (e desbloquear) liberdades para enfrentar a fome e a pobreza, e assim enfrentar também o subdesenvolvimento. Como afirma Celso Furtado (1992), inspirado também por Amartya Sen, o que está bloqueado é o acesso as habilitações, sendo que esse desbloqueio não é alcançado no *laissez faire* do mercado ou do neoliberalismo:

[...] o economista hindu Amartya Sen demonstrou com clareza que o problema das fomes epidêmicas e da pobreza endêmica em amplas áreas do mundo atual não seria resolvido mediante aumento da oferta de bens essenciais nos países concernidos. É o que ele chamou de “entitlement approach”, ou seja, o **enfoque da habilitação**. Para participar da distribuição da renda social é necessário **estar habilitado** por títulos de propriedade e/ou pela inserção qualificada no sistema produtivo. O que **está bloqueado em certas sociedades é o acesso da habilitação**. Isso é evidente com respeito a populações rurais sem acesso à terra para trabalhar ou devendo pagar rendas escorchantes para ter acesso. O mesmo se pode dizer das populações urbanas que não estão habilitadas para ter acesso à moradia. As instituições que permitem a concentração em poucas mãos da formidável valorização das terras urbanas respondem pela miserabilidade de grandes massas de população. A pobreza em massa característica do subdesenvolvimento tem com frequência origem numa situação de **privação original** do acesso à terra e à moradia. **Essa situação estrutural não encontra solução através dos mecanismos dos mercados**. (FURTADO, 1992, p.17-18). [negritos meus]

Esta reflexão de Furtado que critica a resolução de problemas coletivas através do mercado, também está presente no pensamento do economista-filósofo hindu: “O Estado e a sociedade têm papéis no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda.” (SEN, 2000, p71). Em síntese, um proprietário de alguma parcela de terra possui algumas habilitações como conseqüências dessa propriedade, o que pode significar (essa propriedade) um mecanismo de liberdade. Porém, no caso daqueles que não possuem

<sup>9</sup> Segundo José Eli da Veiga (2006, p.32), o trocadilho “sen-sacional” intitulou a matéria da revista *The Economist* quando do Prêmio Nobel há uma década foi designado para Amartya Sen.

propriedades (seja no rural - a terra produtiva, ou na cidade, uma residência), podem estar muito pouco habilitados a acessar liberdades mínimas, amargurando privações de condições básicas de vida. Estes podem ser, por exemplo, importantes argumentos que legitimam a luta para democratização da terra no Brasil, reivindicação de movimentos sociais camponeses, como o MST, que na busca por ampliar capacidades dos indivíduos, gera como consequência a liberdade (no caso, acesso ao lote em terras de reforma agrária).

Mais do que meramente oportunidades de recursos, as capacidades são poderes para se fazer ou deixar de fazer. Amartya Sen (2001, p.92) aponta uma diferença importante: “Por exemplo, *jejuar* como um funcionamento não é apenas passar fome; é escolher *passar fome quando se têm outras opções*. No exame do bem-estar realizado de uma pessoa que passa fome, é de interesse direto saber se ela está jejuando ou simplesmente não tem os meios para obter comida suficiente”.

Retornando à expressão presente no título dessa seção, ela foi empregada por concordarmos com a genialidade de Amartya Sen de trazer ao debate e aproximar duas<sup>10</sup> concepções muito utilizadas e representadas de maneira tão polarizadas e opostas como são as noções de liberdade e igualdade. Para ele, as capacitações (poderes de uma pessoa ter mais ou menos condições para buscar seus objetivos) devem ser igualadas. Isso significa dar direitos às pessoas de estarem providas de possibilidades para conquistarem o que elas mesmas consideram seus objetivos essenciais. Portanto, em termos da História Humana e das sociedades, segundo José Eli da Veiga (2007, p.94) “Amartya Sen, vê o desenvolvimento humano como um fenômeno histórico que já completou pelo menos dez milênios, no qual a humanidade foi conseguindo, aos trancos e barrancos, expandir sua liberdade”.

Parece-nos mais “sen-sacional” ainda, a importância que Amartya Sen atribui ao valorizar e defender padrões sócio-culturais que não estejam baseados ou não pretendem ser inseridos na ocidentalização cultural, na globalização e nos padrões “racionais” do capitalismo. Trata-se aqui, da autonomia e da posição política dos povos, relegando ao último plano a economia. O que Sen faz é chamar atenção para necessidade de reforçar as relações sociais e valorizá-las, buscando uma espécie de regulação pela sociedade das relações econômicas, livrando-a das restrições das dinâmicas de mercado ou dos interesses e contradições de agências de desenvolvimento:

Se um modo de vida tradicional tem de ser sacrificado para escapar-se da pobreza devastadora ou da longevidade minúscula (que é como vivem muitas sociedades tradicionais há milhares de anos), então **são as pessoas diretamente envolvidas que têm de ter a oportunidade de participar da decisão do que deve ser escolhido.** (SEN, 2000, p.47). [negritos meus]

O trecho acima rompe com uma diversidade de concepções teóricas do desenvolvimento, entre elas, o marxismo. Retornando a discussão do campesinato, nas reflexões do *Desenvolvimento como Liberdade*, cabe ao próprio camponês, ou a quaisquer outros conjuntos de indivíduos, eleger suas decisões, isso significa ter direito aos direitos de escolha e, portanto, a liberdade de permanecer em suas terras da maneira que mais considere apropriada viver, sem oportunismo e incômodos advindos de Estados totalitários. Acredita-se com essa lógica de respeito e proteção à cidadania participativa que também se esteja rompendo com a maneira de compreender o próprio desenvolvimento, que passa a agregar novos elementos e considerações; como a idéia de que democratizar é desenvolver-se: “[...] a participação e a dissensão política são partes *constitutivas* do próprio desenvolvimento”. (SEN, 2000, p.53) Ou diríamos, com Amartya Sen, que as oportunidades dos cidadãos debaterem sobre os valores na escolha das prioridades e de participação da seleção desses valores, tornaram-se elementos primordiais como principais fins e meios do desenvolvimento. Poder escolher não desejar determinadas mudanças - ou “determinados desenvolvimentos” - é por si mesmo um aspecto resultante do desenvolvimento como liberdade.

Qualquer plano que envolva alguns desses elementos a seguir: restrição de liberdades, aumento das tiranias e da pobreza, carências de oportunidades econômicas e negligências dos serviços públicos, poderá ter qualquer significado, jamais de desenvolvimento, sob a ótica das capacitações e de seu autor, Amartya Sen. Encarar o campesinato como grupo que tem próprias justificativas pelos seus comportamentos e valores (aspectos que os agentes têm razões para valorizar, diria Sen) é respeitar a autonomia política sustentadas nas liberdades. Do ponto de vista

<sup>10</sup> Parece-nos que Amartya Sen consegue equilibrar a importância das ênfases políticas que “Sabemos que é praxe caracterizar a direita ou o liberalismo pela ênfase na liberdade, e a esquerda pelo acento na igualdade”. A frase das ênfases opostas foi retirada de: RIBEIRO, Renato Janine. “Como lidar com as novas figuras da desigualdade e o caso da desigualdade regional”. *Revista Redes* - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, volume 7, nº3. St-Dez 2002. Santa Cruz (RS): Editora da UNISC. pp.13-20 [citação p.16]

teórico, a crítica ao marxismo se justifica na falta de necessidade de levar consciências de classes em uma direção. Na perspectiva seniana, os próprios grupos, ou indivíduos, dirigem-se e são responsáveis pelas suas escolhas, ao percorrem seus caminhos, através de conquistas sociais, de alargamento de habilitações sociais (como reforma agrária) e manutenção dos padrões escolhidos, agindo de maneira auto-determinada fazem e “seguem seus próprios desenvolvimentos”, bem como as conseqüências das próprias escolhas. Não é apenas com o marxismo que se rompe nessa lógica, mas também com as idéias de que seja possível transportar-transplantar e implantar experiências de desenvolvimento.

Se desenvolvimento é permitir que as pessoas escolham ou não participar, automaticamente: não é impor participação, nem implantar estratégias simplórias de “melhoramento das relações sociais” amenizando assimetrias econômico-sociais fortemente presentes na economia de mercado atual. Aqui, faz-se crítica dirigida aos estudos dos novos padrões de desenvolvimento regional e de solidariedades cívicas. Resultados de formações sociais específicas, fortemente baseadas em determinados aspectos culturais, e mais ainda, possuidores de particularidades e especificidades, estudiosos insistem na pretensão e possibilidade de implantar em outros lugares do mundo e espaços, perspectivas de “desenvolvimento” descritas em determinada situação como bem sucedida. A intenção de exportar constantemente e distribuir receitas de modelos e formas de desenvolvimento é agenda que deve ainda ser superada:

[...] o modelo de desenvolvimento dos distritos industriais italianos, fundamentado nas redes de pequenas e médias empresas tem sido cada vez mais apontado como um dos meios possíveis e desejáveis de superação do modo fordista de produção. Cumpre questionar, então, em que medida esta alternativa de desenvolvimento poderia ser transplantada para outras regiões. [...] poderia a bem-sucedida alternativa italiana ser transplantada para outras regiões? (COCO; et.al. 1999, p.16).

Parece-nos, respondendo a questão acima, que de fato, não é possível transplantar aspectos, modelos ou sucessos das mais variadas formas. Essa proposta configura-se com certa lógica próxima aquela denominada *difusionista*, tão autoritária e presunçosa como a aplicada na modernização da Revolução Verde. Se há algum modelo que permanece, diz respeito a possibilitar o afloramento do debate e das discussões dos rumos que as pessoas pretendem tomar em suas escolhas.

No caso mais específico do Brasil, questionam-se algumas medidas e suas conseqüências: quando aumentou, a partir da metade da década de 1960, a oferta de crédito agrícola, a utilização em massa de insumos sintéticos e a concentração da propriedade da terra; essas políticas significaram expansão de liberdades e capacitações? Essa receita de “desenvolvimento” importada e implementada como um pacote da modernização agrícola configurava-se, na verdade, em um desenvolvimento baseado em crescimento econômico concentrado. O Estado totalitário brasileiro instituído em 1964, ao invés de eliminar privações, acabava por limitar liberdades e restringir (e proibir) escolhas de oportunidades sociais, daí ser legitimada a expressão *ditadura* para nomear este período de governo militar.

Atualmente, não se trata mais de trazer, importar ou adotar modelos (como feito na Revolução Verde), mas permitir e possibilitar que as próprias pessoas construam e sigam seus próprios modelos, mesmo que esses sejam até mesmo inspirados em outras situações e realidades. O sucesso está em valorizar e expandir as liberdades reais, ou melhor, “[...] o remédio tem de basear-se em mais liberdades - incluindo a liberdade de discussão pública e de decisões participativas sobre as políticas.” (SEN, 2000, p.148). Acredita-se que rompendo com lógicas que buscam *difundir* crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, Amartya Sen reforça o pano de fundo da auto-determinação, livre arbítrio e participação civil como meio de frear as conseqüências desastrosas das mais variadas formas de desenvolvimento:

A questão da participação também é central para alguns dos problemas básicos que tem minado a força e o alcance da teoria do desenvolvimento. Por exemplo, argumentou-se que o desenvolvimento econômico do modo como o conhecemos pode, na realidade, ser danoso a um país, já que pode conduzir à eliminação de suas tradições e herança cultural. (SEN, 2000, p.47).

Reforçar o ponto de vista da participação possibilita compreender, as relações sociais não meramente como conseqüências submetidas passivamente às ordens e desígnios econômicos, como apontava Karl Polanyi (1988, p.72), quando dizia que: “Ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico.” É a sociedade quem faz e cria sua economia; sendo também a própria sociedade quem se permite ou não auto moldar-se às lógicas da economia.

Encontra-se na formulação de Polanyi e da referência da participação de Sen, a idéia de que as relações sociais governam (ao menos podem governar com maior intensidade) a economia. Amartya Sen sugere que as relações sociais deveriam ser as mais democráticas possíveis, pois, assim, as liberdades governariam a economia, revertendo à posição em que a economia comanda e restringe o poder das relações sociais. Não são as relações capitalistas (ou de mercado liberal) que devem apontar o que precisa ou não ser democratizado e, sim, as próprias pessoas.

Mais uma vez, sob o prisma do campesinato, um tema comum pode ser encontrado no que se refere às interpretações da sociedade sob o ponto de vista de A. Chayanov, A. Sen e K. Polanyi: “A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. [...] uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado.” (POLANYI, 1988, p.72).

Esse paralelo entre Sen e Polanyi é feito apenas como indicativo de que se há necessidade e intenções de superar proeminência exagerada da economia de mercado, o caminho a seguir está em fortalecer as relações sociais, *empoderar* as pessoas (capacitações) e enquadrar então a economia nessas relações, e não o inverso. Como explica Polanyi em seu livro *A Grande Transformação*, antes da Revolução Industrial a sociedade agia relativamente independente da economia, isso significa dizer que as práticas de mercado eram apenas parte de outras relações sociais, ou seja, a economia estava imersa nas relações sociais. Atualmente a constatação é que as demandas e bem-estar da sociedade disponíveis através do mecanismo de mercado não resolvem problemas coletivos, mas apenas individuais. Amartya Sen lembra que o mercado não é um mecanismo eficiente quando se trata do consumo de bens públicos. Exemplos como a preservação ambiental, serviços públicos de saúde, segurança, espaços apropriados com saneamentos, entre outros, caracterizam pelo consumo comum (“de todos” ou público) e que a liberdade mercadológica pouco resolve as demandas de ordem coletivas (ou melhor, não resolve nenhuma dessas questões), acarretando desastres em bens que as pessoas consomem “juntas”:

[...] alguns dos mais importantes elementos que contribuem para a capacidade humana podem ser difíceis de vender exclusivamente para uma pessoa de cada vez. Isso se aplica em especial quando consideramos os chamados bens públicos, que as pessoas consomem *juntas*, e não separadamente. (SEN, 2000, p.153).

Pare encerrar essa seção apresenta-se outro exemplo lançado por Amartya Sen sobre a incapacidade do mercado atingir bens de consumo não individuais, que reforçam as necessidades de consumo sociais coletivos:

Posso estar disposto a pagar por minha parte em um programa social de erradicação da malária, mas não posso comprar minha parte da proteção na forma de um “bem privado” (como uma maçã ou uma camisa). Esse é um “bem público” - um meio livre da malária - que temos de consumir juntos. Por certo, se eu realmente conseguir organizar um meio livre da malária no local em que vivo, meu vizinho também terá um meio livre dessa doença, sem ter de “comprá-lo” de ninguém.

A base racional do mecanismo de mercado está voltada para os bens privados (como maçãs e camisas), e não para os bens públicos (como meio livre de malária) [...]. (SEN, 2000, p.153).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se para Lênin os camponeses não deveriam comercializar seus produtos, pois essa prática significaria direta ou indiretamente outra coisa que não<sup>11</sup> o socialismo, para Amartya Sen, suprimir o mercado não significa uma automática organização (ou planificação) da economia, simplesmente

<sup>11</sup> Segundo Ida Mett (1975, p.48): “Lênin faz a seguinte pergunta: ‘O que é a liberdade de troca?’ É à qual responde que ‘a liberdade de troca é a liberdade do comércio, e a liberdade do comércio é o regresso ao capitalismo. A liberdade de troca e a liberdade do comércio significam que os pequenos agricultores podem efetuar entre eles operações mercantis.’”.

porque às pessoas tem vontades e necessidades de realizarem trocas e comercializar. “Negar às pessoas as oportunidades econômicas e as consequências favoráveis que os mercados oferecem e sustentam pode resultar em privações.” (SEN, 2000, p.41). Portanto, suprimir o mercado na lógica de Amartya Sen é mais criar uma privação do que possibilitar desenvolvimento através da liberdade. Contudo, segundo esse mesmo autor, o mercado não resolve os problemas sociais coletivos, apenas as demandas individuais.

Esse trabalho buscou colocar em diálogo duas linhas de pensamentos gerais (marxista e o seniano), e apresentar suas oposições teóricas. Enquanto um, surgido no século XIX, buscava direcionar uma classe à consciência chamada socialista, o outro segue uma vertente de que cada indivíduo e grupo social têm suas próprias justificativas e legitimidades para escolher e eleger valores considerados importantes nas suas vidas.

Pelo viés teórico, o marxismo interpreta determinadas sociedades como resultados de uma estrutura social (e de sua formação) que influenciará nas dinâmicas de vida, consciência (classe) e de trabalho do indivíduo. Já na teoria das capacitações, tem-se uma espécie de troca e simultaneidade entre indivíduo e sociedade; os agentes influenciam o meio em que estão inseridos, ao mesmo tempo em que o meio possibilitará o grau de ação e liberdades das pessoas. Em outros termos, as pessoas influem nas circunstâncias em que vivem, mas são também as circunstâncias as que limitam ou possibilitam determinadas ações individuais ou coletivas. Ou ainda nas palavras do autor que se buscou direcionar nas reflexões desse trabalho:

[...] a condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos. Existe uma acentuada complementariedade entre a condição de agente individual e as disposições sociais: é importante o reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual. (SEN, 2000, p.10).

Algumas das leituras e textos apresentados aqui, nos levam a afirmar que talvez pareça mais apropriado tratar do ponto de vista seniano a respeito do campesinato (e de outros aspectos sociais do rural), do que pela ótica marxista. O foco principal abordado no texto buscou realçar a habilitação-capacitação, autonomia-democracia e respeito sobre as escolhas das culturas tradicionais; essas com organizações sociais (econômicas) específicas e internas (como Chayanov identificou acerca dos camponeses na Rússia), seguindo lógicas dos próprios grupos.

Especula-se que se o agricultor entrasse em contato com a teoria econômica, provavelmente abandonaria irremediavelmente sua profissão, como se afirmou no início desse trabalho baseado na afirmação de Ricardo Abramovay; contudo, parece-nos que do economista Amartya Sen, pode-se entender diferente. Em outras palavras, por sua teoria de expansão de liberdades e capacitações, o camponês ao entrar em contato com a teoria seniana, essa parece lhe dar uma espécie de resistência, *ânimo* ou ao menos uma nova janela para agir diante do mundo, na busca de assegurar seus **direitos a ter direitos**. Mas a questão que importa, afinal, não é se o camponês abandonaria ou não sua profissão de agricultor, mas de ter a legítima liberdade e oportunidade de poder fazer escolhas, de ficar em sua terra ou partir; de ter sua liberdade garantida e assegurada, o que no fundo é muito parecido ao exemplo (de Amartya Sen) apresentado nesse artigo, de que jejuar é muito diferente de passar fome. No primeiro caso escolhe alimentar-se ou não (a pessoa está habilitada a acessar o alimento ou recusá-lo), no segundo se está privado do alimento, portanto, incapaz de resolver o problema. Manter-se (e considerar-se) camponês, eliminar a fome, a pobreza e o subdesenvolvimento, significa no referencial teórico seguido, remover privações e garantir a manutenção e expansão de liberdades, habilitar, portanto às pessoas constituírem seus desenvolvimentos. Isso significa, em última análise, desbloquear privações.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. “A atualidade do método de Josué de Castro e a situação alimentar mundial.” *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, Vols 03 e 04, julho-dezembro pp.81-102. 1996.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2ªed. São Paulo-Campinas: Editora Hucitec; Editora da Unicamp, 1998.

BERGERON, Lise; BERNIER, Bernard e BOUVETTE, André. “La rente foncière et l’agriculture dans le capitalisme actuel” *Anthropologie et Sociétés*, vol. 1, nº2, 1977, pp.89-105. Disponível em: <<http://www.erudit.org/revue/as/1977/v1/n2/000859ar.pdf>>

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **No Rancho Fundo: espaços e tempos no mundo rural**. Uberlândia: EdUFU, 2009.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Ed Duas Cidades; Ed 34, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. “Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas”. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org's). **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. pp.19-38.

CASTORIADIS, Cornelius. **Sobre conteúdo do socialismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, [s data].

CHAYANOV, Alexander V. “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas”. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena. (org's). **A questão agrária**. Weber, Engels, Lênin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. pp.133-163

COCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander P; SILVA, Mirela C. Pereira da. “Desenvolvimento local e espaço público na terceira Itália: questões para a realidade brasileira”. In: URANI, André; COCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander P. (orgs). **Empresário e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DPeA, 1999. pp.13-32.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ENGELS, Friedrich. “O problema camponês na França e na Alemanha”. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (org). **A questão agrária**, Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: editora brasiliense, 1981. pp59-80

FAVARETO, A. “A abordagem territorial do desenvolvimento rural - mudança institucional ou ‘*inovação por adição*’?” XLIV Congresso da SOBER, Fortaleza (CE), 2006.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977. [pp. 187-224].

FURTADO, Celso. “O Subdesenvolvimento Revisitado”. **Economia e Sociedade, Revista do Instituto de Economia da Unicamp**. Nº01, agosto de 1992. Campinas (SP), pp05-19.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto [et. al.]. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

HOBBSAWM, Eric. “A História de baixo para cima.” In:\_\_. **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp.215-231.

JEAN, Bruno. “A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna.” **Cadernos de Sociologia, PPGS/UFRGS**, Porto Alegre, v. 6, p.51-75, 1994.

KERBLAY, Basile. “A. V. Chayanov: su vida, carrera y trabajos.” ARICÓ, José (org). **Chayanov y la teoría de la economía campesina**. México: Cuadernos de pasado y presente. 1981.

KÜHN, Daniela D; WAQUIL, Paulo D. “Percebendo o Desenvolvimento Rural através da abordagem das capacitações: o micro crédito em Constantina-RS”. **Revista Redes**, Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul - RS, volume 09, nº03, set-dez de 2002. pp.145-170.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução e Apresentação José Paulo Netto, 2º edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINELLO, André Souza. “Desenvolvimento como Liberdade: O que geógrafas e geógrafos têm a aprender com Amartya Sen?” **Revista Campo Território: revista de geografia agrária**, v.4, n. 7, p. 245-249, fevereiro 2009. Uberlândia/MG - UFU. Disponível em:  
<<http://campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php?id=7>>

MARTINELLO, André Souza. “Recampenização e impérios alimentares: conceitos e casos no Brasil atual.” **Anais IV Congresso Internacional de História, 2009**, Maringá/PR. pp.3809-3824. DOI: 10.4025/4cih.pphuem.163 Texto completo:  
<<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalho.php?tid=163>> UEM

MARTINELLO, André Souza; SCHNEIDER, Sérgio. “Paralelos entre Antônio Cândido e Alexandre Chayanov: Economia Fechada, Equilíbrio Mínimo e Rusticidade”. **Revista Territórios e Fronteiras** V.3 N.2 - Jul/Dez2010, Cuiabá. Programa de Pós-Graduação - ICHS/UFMT, pp.138-158. Texto completo: <<http://cpd1.ufmt.br/ichs/territorios&fronteiras/artigos/2010-1-8.pdf>>

MARTINELLO, André Souza. Cotidiano em mudança: o rural brasileiro a partir da obra de Carlos Rodrigues Brandão. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/PGDR, Porto Alegre, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Tradução Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

METT, Ida. **O camponês russo**, durante e após a revolução. Porto [Portugal]: Editora a regra do jogo, 1975.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Trad.Fanny Wroble. Rio Janeiro: Ed Campus, 1988.

POLANYI, Karl. “A nossa obsoleta mentalidade mercantil”. **Revista trimestral das Histórias das Idéias**. Porto [Portugal]. Nº1, 1977. pp.07-20.

PUTNAM, Robert D. - **Comunidade e Democracia** - A experiência da Itália Moderna - Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro [Cap 6. Capital social e desempenho institucional, p. 173-194], 1996.

RIBEIRO, Renato Janine. “Como lidar com as novas figuras da desigualdade e o caso da desigualdade regional”. **Revista Redes** - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, volume 7, nº3. St-Dez 2002. Santa Cruz (RS): Editora da UNISC. pp.13-20.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico** (um manifesto não-comunista). Rio de Janeiro, Zahar editores, 274 p. [caps. 2 e 3, pp. 16-51]. 1974.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2ª.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton; RIBEIRO, Wagner Costa; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath e MARQUES, Paulo Eduardo M (orgs). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: ed da UFRGS, 2004.

SEN, Amartya Kumar. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade Reexaminada**. Tradução e apresentação de Ricardo D. Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya Kumar. “Prefácio”. In: HIRSCHMAN, Albert O. **As paixões e os interesses**. Rio de Janeiro: Record, 2002. pp.09-18.

SOUZA, Marcelo J Lopes de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: ed. Ática, 1996.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed da Universidade/UFRGS, 2000.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 2ªed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VEIGA, José Eli da. **A emergência socioambiental**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

[Revista] **Veja** nº249, editora Abril. 13 de junho de 1973, pp.78-79. “O arqueólogo do saber”. Entrevista com Michel Foucault, por Sérgio Augusto.

WANDERLEY, Maria Nazaré B. “Olhares sobre o ‘rural’ brasileiro.” Campina Grande, **Revista Raízes**, Vol 23, nº 1 e 2 (Jan-Dez), 2004, p. 82-99.